



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

EPISTEMICÍDIO NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA DISCUSSÃO INICIAL

BLACK EPISTEMICIDE IN INFORMATION SCIENCE: AN INITIAL DISCUSSION

Felipe Arthur Cordeiro Alves. UFPB.

Gisele Rocha Côrtes. UFPB.

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: A população negra compõe a maioria da população brasileira, todavia não dispõe de uma representatividade e equidade em diversos contextos sociais, inclusive na ambiência acadêmica e na produção científica. Esta comunicação tem como objetivo geral analisar o epistemicídio no campo da Ciência da Informação, especialmente no que concerne à população negra. Esta pesquisa, de cunho teórico, encontra-se estruturada em dois tópicos. No primeiro, abordamos o racismo estrutural e sua relação com as desigualdades socioeducacionais no país, especialmente as que a população negra enfrenta. No tópico seguinte, discorreremos acerca do epistemicídio como instrumento de silenciamento epistêmico, em interface com estudos acerca desse tema no contexto da Ciência da Informação. Em âmbito metodológico, realizamos uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Para tanto, utilizamos majoritariamente estudos desenvolvidos por intelectuais negros(as), oriundos de países enquadrados fora do eixo europeu e do norte-americano, com o propósito de fazer um exercício epistemológico de *práxis* decolonial. Como horizonte de resultados, a reflexão nos leva a considerar que é importante criar espaços de produção científica que fomentem a produção científica produzida por populações invisibilizadas no campo científico e vítimas do colonialismo epistêmico. Além disso, consideramos imprescindível acompanhar o epistemicídio negro na Ciência da Informação em diversas fontes de literatura científica.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Epistemicídio. População Negra. Ciência da Informação.

Abstract: The black population makes up the majority of the Brazilian population, however, it does not have representation and equity in various social contexts, including in the academic environment and scientific production. This communication has the general objective of analyzing epistemicide in the field of Information Science, especially with regard to the black population. The present research, of a theoretical nature, is structured in two topics. In the first, we address structural racism and its relationship with socio-educational inequalities in the country, especially those faced by the black population. In the next topic, we discuss epistemicide as an instrument of epistemic silencing, in interface with studies on this theme in the context of Information Science. In the methodological scope, we carried out a bibliographical and exploratory research. To this end, we mostly use studies developed by black intellectuals, from countries outside the European and North American axis, with the purpose of making an epistemological exercise of decolonial praxis. As a horizon of results, the reflection leads us to consider that it is important to create spaces for scientific production that foster scientific production produced by populations made invisible in the scientific field and victims of



epistemic colonialism. In addition, we consider it essential to follow the black epistemicide in Information Science in various sources of scientific literature.

Keywords: Structural Racism. Epistemicide. Black Population. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

O epistemicídio é um fenômeno epistemológico que visa silenciar e apagar os saberes de povos considerados subalternizados historicamente. No Brasil, esse fenômeno envolve, sobretudo, a população negra, visto que o epistemicídio é endossado pelo racismo estrutural que interfere diretamente na conjuntura socioeconômica brasileira.

Conforme Gomes (2019), o Brasil possui a maior população negra fora da África e a segunda maior do mundo. Diante disso, era de se esperar que a comunidade negra ocupasse lugares de representatividade em diversos campos sociais. Todavia, nem de longe isso representa a realidade do Brasil. O colonialismo e a escravidão atuaram sistematicamente para impelir a população negra a viver nas “periferias existenciais¹”, geográficas e sociais sob a égide de um racismo estrutural. O desenvolvimento desse estudo se deu com base em inquietações epistemológicas, materializadas nos seguintes questionamentos: Como o epistemicídio vem sendo abordado na Ciência da Informação, sobretudo, o epistemicídio negro? Podemos considerar que esse tema está em pauta na área?

Respeitando os limites deste estudo, esta pesquisa, de cunho teórico, objetiva analisar o epistemicídio no campo da Ciência da Informação, especialmente no que concerne à população negra. Para isso, apresentamos, no tópico 2, uma revisão de literatura acerca do racismo estrutural e suas implicações para uma conjuntura de amplas desigualdades socioeducacionais, o que demonstra que esse cenário é um ambiente fecundo para o epistemicídio negro em diversas áreas, inclusive na Ciência da Informação. No tópico 3, discorreremos acerca do conceito de epistemicídio como um instrumento de silenciamento epistêmico, em interface com estudos desenvolvidos no contexto da Ciência da Informação.

Esta pesquisa se justifica devido à necessidade de desconstruir o epistemicídio negro no campo científico, que dificulta o protagonismo social negro nas produções científicas e acentua as assimetrias instaurados pelo racismo estrutural presente em diversos segmentos

¹Termo cunhado pelo Papa Francisco, que representa os pobres, os excluídos e todos(as) os(as) que sofrem com as enfermidades contemporâneas etc. Não se trata de proselitismo religioso, mas de um termo que representa bem o contexto em que estão inseridas as comunidades negras. Disponível em: <file:///C:/Users/Felipe/Downloads/Dialnet-ACulturaDoEncontro-7766544.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2022.



sociais. Visamos, com este breve estudo, salientar que é importante discutir a respeito do epistemicídio, no contexto da Ciência da Informação e da descolonização no conhecimento, e valorizar os conhecimentos produzidos por grupos sociais excluídos historicamente.

2 METODOLOGIA

Objetivando construir um percurso metodológico adequado aos objetivos desse estudo, esta pesquisa foi desenvolvida sob o *lócus* bibliográfico e exploratório. Para composição bibliográfica, utilizamos preferencialmente estudos desenvolvidos por intelectuais negros(as), oriundos de países de fora do eixo europeu e norte-americano, com o propósito de fazer um exercício epistemológico de *práxis* decolonial, de enaltecer, conforme Santos e Meneses (2009), as “epistemologias do sul” e de romper as “linhas abissais” com base na “ecologia de saberes” proposta pelo autor e pela autora. Esse estudo também é uma pesquisa exploratória, cuja “principal finalidade é de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2012, p. 27).

Consideramos que a vocação decolonial desse estudo guarda coerência com a temática central, o epistemicídio negro. Nesse sentido, a metodologia dialoga com os critérios supracitados, objetivando promover o enegrecimento da área, visibilizar pesquisas de intelectuais negros(as) e estimular a prática decolonial na Ciência da Informação.

3 O RACISMO ESTRUTURAL E AS DESIGUALDADES SOCIOEDUCACIONAIS

Permeia, no noticiário, no senso comum e até mesmo nas construções científicas o seguinte clichê: “O Brasil é um país atrasado”². Seria isso um dado da realidade ou uma obviedade? A resposta mais fácil é considerar ambas as assertivas como verdadeiras. No que tange às políticas de inclusão social, consideramos que a letargia do Estado Brasileiro é evidente, sobretudo no que tange à população negra.

Almeida (2019) refere que a legislação vem tratando da questão racial. Em 1951, foi formulada a Lei Afonso Arinos, que transformou em contravenção a prática de discriminação racial. A Constituição de 1988 tornou o crime de racismo imprescritível e inafiançável e

² Em 2019, 86% dos brasileiros consideraram que o atraso do país está relacionado com a desigualdade social e econômica. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/04/86-dos-brasileiros-acreditam-que-atraso-do-pais-esta-relacionado-desigualdade-economica-entre-ricos-e-pobres.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.



orientou a formulação da Lei 7.716/89, que discorria sobre os crimes de racismo. Em termos educacionais, convém destacar a Lei 10.639/2003, que instituiu o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, bem como o Estatuto da Igualdade Racial disposto na Lei 12.288/2010.

Assim, considerando o contexto supracitado, emergem algumas questões: Como a população negra sobrevivia sem essa proteção legislativa? Por que tamanha letargia do Estado brasileiro nesse aspecto diante de flagrante desigualdade social entre a população negra e outras populações? Essas são questões complexas que exigiriam uma longa explanação, porém é preciso ressaltar que o racismo é um elemento intrínseco à política brasileira.

Segundo Almeida (2019), o racismo é um elemento presente na política e na economia do país que estrutura e organiza as relações políticas e econômicas. Devido a isso, parte da sociedade não percebe nenhuma anormalidade no fato de as pessoas negras receberem menores salários, submeterem-se a trabalhos deteriorantes, residirem nas periferias e serem as maiores vítimas de violência, entre outros.

O racismo à brasileira se difere do racismo em outros países. Almeida (2019, p. 50) conclui que o racismo é estrutural.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Os efeitos do racismo na estrutura das relações sociais é uma abundante formulação de privilégios para a população branca em detrimento da situação de vulnerabilidade social imposta à comunidade negra. Silva (2020) assevera que, no Brasil, o racismo estrutural é um elemento mediador da estrutura de produção, que interdita a mobilidade social da população negra brasileira e alimenta um ciclo de pobreza contínuo nesse grupo social.

As consequências do racismo como um elemento estruturante do cenário político e econômico brasileiro tornou o país um dos mais desiguais do mundo, com fortes



concentrações de renda e, conseqüentemente, de poderes. Conforme relatório³ do Laboratório de Desigualdades Mundiais da Escola de Economia de Paris, quatro indicadores demonstram que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo:

- Os 10% mais ricos do país ganham cerca de 59% da renda nacional total, e o 1% mais rico do Brasil leva mais de um quarto dos ganhos nacionais (26,66%);
- Os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos. Na França, essa proporção cai para sete vezes menos;
- 50% dos mais pobres do país possuem menos que 1% da riqueza nacional, mais precisamente, 0,4%;
- O 1% mais rico do país possui metade da fortuna patrimonial brasileira. Esses indicadores estão sendo ainda mais acentuados com a pandemia global de covid-19.

Nos indicadores supracitados, falou-se bastante em pobres, mas é imprescindível deixar claro quem compõe esse grupo. Conforme dados do IBGE⁴ reproduzidos em matéria *web*, entre os mais pobres, os(as) negros(as) representam 75%, enquanto brancos(as) correspondem a 70% dos(as) mais ricos(as). A matéria também enuncia que a educação começou a reduzir essas desigualdades. O índice de crianças brancas e negras com idades entre seis e de anos cursando os anos iniciais do ensino fundamental era praticamente idêntico: 96,5% e 96,8%, respectivamente. Porém, a proporção caiu abruptamente com o passar dos anos. No ensino superior, apesar das cotas, entre 2016 e 2018, a proporção de estudantes negros(as) cursando o ensino superior passou de 50,5% para 55,6%. Contudo, o número é inferior ao de estudantes brancos(as) no mesmo recorte - 78,8%.

Quanto à representatividade de sujeitos negros na pós-graduação, outros marcadores sociais de diferença, como o de gênero, por exemplo, influenciam esse contexto. Silva (2010) afirma que, até 2005, apenas 251 mulheres negras compunham o universo de 63.234 doutores(as) atuantes na docência universitária. Euclides e Silva (2018) apresentaram relatos de pesquisadoras negras que demonstraram como o racismo, de forma imbricada com o sexismo, permeou seus caminhos educacionais e profissionais. O autor e a autora destacam

³ Relatório reproduzido em reportagem da BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=%22Entre%20os%20mais%20de%20100,do%20Laborat%C3%B3rio%20das%20Desigualdade%20Mundiais>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

⁴ Dados apresentados em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em 14 de maio de 2022.



que é necessário desenvolver estudos sistemáticos sobre as condições de permanência da comunidade negra nos espaços escolares e analisar, com urgência, a política de cotas na Pós-Graduação e nos concursos públicos.

Voltando ao dito popular que iniciou esta pesquisa - “O Brasil é um país atrasado” - em termos educacionais, esse tardamento é evidente. Segundo Gomes (2019), o Brasil foi o maior território escravista durante mais de trezentos anos e recebeu, sozinho, quase cinco milhões de africanos(as) cativos(as). Ademais, foi o país mais que mais resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir o cativo na América, em 1888, quinze anos depois de Porto Rico, e dois, depois de Cuba.

Apesar do regime escravista perverso produtor de flagrantes desigualdade sociais, uma política de ações afirmativas só foi instaurada no país em 2012, depois de mais de um século de abolição formal da escravatura. A Lei 12.711/2012⁵ instituiu, no país, uma política de ações afirmativas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino. Essa legislação passou a garantir a reserva de 50% das matrículas para discentes advindos de escolas públicas e com renda inferior a um salário mínimo e meio *per capita*. Em cada faixa de renda, passou a haver reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência, pardas⁶, negras e indígenas.

Segundo Gomes (2001, p. 6), as ações afirmativas brasileiras “consistem em políticas públicas [...] voltadas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material e para a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”.

Ao longo de dez anos, as políticas de ações afirmativas mostraram-se eficazes, visto que o número de discentes negros(as) nas universidades aumentou consideravelmente na última década. Em conformidade com o IBGE⁷, em 2018, negros(as) e pardos(as) passaram a ser maioria nas universidades públicas brasileiras. A proporção dessa população, nesse

⁵ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 14 de maio de 2022.

⁶ Vale salientar que o IBGE e o Movimento Negro costumam considerar como população negra a junção das populações negra e parda. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/preto-ou-negro-ibge-explica-classificacao-de-cor-e-raca-em-pesquisas-1118>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

⁷ Dados reproduzidos em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico#:~:text=Segundo%20o%20IBGE%2C%20as%20matr%C3%ADculas,e%20pardos%20somam%2050%2C3%25&text=Apesar%20desta%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,em%20universidades%20e%20faculdades%20p%C3%ABlicas>. Acesso em: 15 de maio de 2022.



contexto, chegou a 50,3%, um percentual ainda baixo, considerando que ela representa 55,8% da população brasileira.

Na visão de Lima, Santiago e Aquino (2019, p. 82), “as políticas educacionais precisam intensificar e fortalecer as ações afirmativas para combater as desigualdades sociais, focando as principais fontes de discriminação – a pobreza e o racismo”. Todavia, neste ano de 2022, a política de ações afirmativas completará dez anos e passará por um processo de revisão. Esse processo poderá comprometer a política como um todo e promover retrocessos, progressos ou aprimoramento.

Segundo a Agência Senado⁸, 2022 será um ano decisivo para a política de cotas. A matéria indica que há propostas que vão desde a extinção do caráter racial até a transformação da lei em uma política permanente. Deputados(as) da situação, aliados(as) do Presidente Jair Bolsonaro, propõem o fim das cotas para negros(as) e indígenas. A deputada Dayane Pimentel (PSL-BA) lançou uma proposição para eliminar o critério racial nas vagas nas universidades e nos institutos federais, porém mantendo a política para pessoas com deficiência e criando uma cota social. O deputado Dr. Jaziel (PL-CE) também lançou proposição no mesmo sentido. Em contrapartida, a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) se manifestou contrária a essa revogação, juntamente com outros(as) senadores(as) de oposição, como Paulo Paim (PT-RS), Rogério Carvalho (PT-SE) e Confúcio Moura (MDB-RO). O último advoga que a política de ações afirmativas deve ser estendida para os cursos de pós-graduação, cerne deste estudo.

Nesse contexto, é possível divisar que as políticas de ações afirmativas estão em perigo. Elas correm o risco de se extinguir totalmente e de se desestruturar parcialmente. O cenário exposto corrobora a percepção de Almeida (2019) acerca do racismo estrutural no poder político e no econômico. Para o autor, o racismo estrutural é desdobrado em processo político e histórico. O racismo é um processo político, pois a discriminação sistemática que ele promove seria inviável sem a influência do poder político. A política racista se apresenta nas dimensões institucional e ideológica. A primeira ocorre justamente na regularização jurídica do Estado, e a segunda se refere à construção de narrativas que acentuem a unidade social, apesar do notório racismo, da contradição de classes, do sexismo e de outras desigualdades

⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em: 15 de maio de 2022.



sociais. Como um processo histórico, o racismo se manifesta de modo circunstancial e específico, em conexão com as transformações sociais.

Diante do contexto exposto, consideramos que a conjuntura brasileira exclui e marginaliza a população negra, sobretudo, no que concerne à educação, que é fundamental para que os sujeitos ampliem as possibilidades de exercer a cidadania. Tal cenário é um ambiente fecundo para o epistemicídio negro em diversas áreas, inclusive na Ciência da Informação.

No tópico a seguir, discutiremos brevemente acerca do conceito de epistemicídio e promovemos uma discussão teórica acerca da discussão da temática na área em interface com o epistemicídio negro.

4 EPISTEMICÍDIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM TEMA EM PAUTA?

O termo epistemicídio foi criado por Santos (2009), que questiona a produção científica desenvolvida em uma perspectiva monoepistêmica. O autor enuncia que um epistemicídio maciço tem ocorrido nos últimos cinco séculos, que uma vasta riqueza cognitiva vem sendo desperdiçada e que, no epistemicídio, está presente o facismo epistemológico, que constitui uma violenta destruição de outros saberes. Para ele, a demonstração fascista mais violenta foi a conversão forçada e a supressão de conhecimentos não ocidentais impostas pelo colonialismo europeu.

O termo ganhou grande tomo na ambiência científica e passou a ser discutido também por intelectuais negros brasileiros. Conforme Pessanha (2019, p. 46), epistemicídio significa “Morte do pensamento, [...] estratégia de proteção do grupo hegemônico pertencentes à raça branca, em detrimento daqueles que são deixados para morrer, a raça negra”.

Segundo Alves (2021, p 52), “o epistemicídio é a manifestação contumaz do racismo na ambiência acadêmica”. Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019) consideram o racismo epistêmico como um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que criam cânones que tratam como apócrifo tudo o que não é de matriz europeia. O crivo eurocêntrico para o conhecimento recusa a validade de referenciais não europeus e distingue o conhecimento válido do inválido. Sob o ponto de vista desses autores, racismo epistêmico e epistemicídio são sinônimos.

Para Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019), o epistemicídio promove uma desqualificação estética, ética, intelectual e espiritual de povos não europeus. Além de dominar e de colonizar os corpos e as terras, os europeus se empenharam em dominar a informação e o



conhecimento. Esses processos promoveram relações assimétricas que favoreceram a desqualificação dos produtos intelectuais de povos africanos e seus descendentes.

Carneiro (2005, p. 97) assevera que

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

Carneiro (2005) corrobora o exposto e assevera que a morte ou o sequestro da racionalidade e a mutilação da capacidade de aprender são consequências do epistemicídio. Por isso, julgamos imprescindível discutir sobre o epistemicídio no contexto da Ciência da Informação, a fim de combater a produção de conhecimentos em perspectiva monoepistêmica e favorecer uma pluralidade epistemológica na área.

O epistemicídio contra a população negra repercute em contextos importantes de produções científicas da área, como o ENANCIB. Alves (2021) fez um levantamento de estudos sobre a população negra no contexto do ENANCIB, entre 1994 e 2019, e só contabilizou 40 estudos em um universo de 4.139. Tal indicador corresponde a apenas 0.96% do universo de estudos do evento. Todavia, Alves (2021) refere que o tema vem se destacando no evento nos últimos anos e identificou ações de mediação da informação consciente e aquilombamento de cientistas da informação em torno de um esforço coletivo para desenvolver pesquisas acerca da população negra na área.

Gonçalves e Mucheroni (2021) promoveram um estudo introdutório a respeito do epistemicídio no contexto da Ciência da Informação. Na ocasião, os autores afirmaram que é notável o número de cientistas da informação que tratam dos desafios informacionais considerando a diversidade epistemológica e questionando sobre a lógica de opressão herdada do período colonial.

As pesquisas desenvolvidas acerca do epistemicídio costumam ter um tom questionador, dialético e argumentativo no que concerne ao predomínio europeu e ao norte-americano na construção do conhecimento em detrimento da negação total ou parcial da legitimidade de conhecimentos produzidos por grupos étnicos vítimas do colonialismo, da



escravização e de outras formas de opressão. Com base nisso, podemos afirmar que o caminho para desconstruir o epistemicídio é traçado com base em uma série de questionamentos discutidos por cientistas da informação comprometidos com o *múnus* social de promover pesquisas que contribuam para formar uma sociedade mais justa e igualitária.

Sem prejuízo do exposto, o crivo europeu ainda é muito preponderante no âmbito da Ciência da Informação. Almeida, Silva e Alves (2021) analisaram os(as) autores(as) referenciados(as) nas bibliografias das disciplinas Fundamentos (teóricos, históricos e epistemológicos) da Ciência da Informação nos Programas de Pós-Graduação da área. Os resultados da pesquisa constataram a presença de 114 referências brasileiras e de 341 estrangeiras, a maioria masculina. Para os(as) autores(as) supracitados,

[...] longa é a trajetória de autoras/es europeus e norte-americanos enquanto referências para o embasamento de estudos e pesquisas na CI brasileira, e que isso ocorre no processo de formação dos discentes de pós-graduação da área em que 75% das referências que compõe as bibliografias dos programas de disciplinas são de autores/as estrangeiras/os (dessas majoritariamente são de autoria masculina), enquanto apenas 25% são de autoria nacional.

Nesse sentido, aqui se pontuam aspectos que possibilitaram uma visão sobre como a produção brasileira é ínfima e as relações de colonialidade do saber em que a pesquisa brasileira está inserida, pois ainda que tenha muitos programas de pós-graduação, pesquisadores(as) e pesquisas, pouco são usadas nesse caso, até mesmo para a formação dos pesquisadores, se comparada com as produções estrangeiras. (ALMEIDA, SILVA, ALVES, 2021, p. 23-24)

Vale salientar que buscar por uma Ciência da Informação descolonizada não significa desvalorizar as referências estrangeiras, muito menos um revisionismo histórico despudorado, mas refletir sobre a valorização epistemológica de constructos epistemológicos nacionais. Segundo Almeida, Silva e Alves (2021), trata-se de refletir a respeito dos motivos de sempre serem usados e legitimados os conhecimentos europeus ou do Norte Global em relação às outras produções oriundas de fora desse eixo hegemônico.

Segundo Gonçalves e Mucheroni (2021), o desafio dos estudos sobre informação situa-se na tarefa de encontrar um caminho epistemológico que questione os fundamentos da Ciência da Informação não apenas do ponto de vista formal, mas também de seu discurso e dos sujeitos que pesquisam. Não se trata de negar totalmente o pensamento hegemônico,



mas de conservar e superar dialogicamente uma epistemologia que emergja da realidade do objeto de estudo e não apenas de releituras de epistemologias hegemônicas.

Gonçalves e Gomes (2021) afirmam que, devido à complexidade do conceito de epistemicídio, a Ciência da Informação tem a possibilidade de refletir sobre sua constituição epistemológica e de fazer a seguinte pergunta: Como fenômenos sociais e informacionais podem ser discutidos à luz de uma perspectiva decolonial? Concordamos com os autores e entendemos que tal questionamento pode ser a chave para a abertura de espaços de produção científica que fomentem pesquisas nesse sentido, conforme exemplificamos abaixo.

Consideramos que a quebra da lógica epistemicida no contexto da Ciência da Informação perpassa alguns fatores: as ações afirmativas nos editais dos PPGCIs que possibilita maior representatividade de pesquisadores(as) negros na área e a criação de espaços de produções científicas voltadas para grupos historicamente excluídos, como, por exemplo, o GT 12 – ‘Informação, Estudos Étnico-raciais, Gênero e Diversidades’, do ENANCIB - aprovado por unanimidade em assembleia da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, evidenciando a postura de resistência da área ao epistemicídio.

No que tange à produção científica, encontramos algumas ações que propiciam espaços para constructos científicos com foco na população negra. Nesse sentido, a título de exemplificação, destaca-se o selo *Nyota*⁹, gerenciado pelas pesquisadoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro. O selo, dentre outros objetivos, visa “trazer representatividade ao meio científico e acadêmico para as populações negras e indígenas e a população LGBTQIA+”. Quanto à população negra, destacamos as seguintes obras: Bibliotecários negros, todas as edições; O protagonismo da mulher na Biblioteconomia; Epistemologias negras: relações raciais na Biblioteconomia; Mulheres negras na Biblioteconomia; entre outras.

De acordo com Valério e Marteleto (2019), a criação de espaços institucionais para promover a igualdade racial demonstra a luta da comunidade negra contra as discriminações que a afligem. O autor e a autora enunciam que é possível encontrar soluções contra o racismo por meio de informações étnico-raciais, conceito elaborado por Oliveira e Aquino (2012). Nesse sentido, as bibliotecas, os arquivos e os museus podem ser espaços educativos

⁹ Parágrafo escrito com base em informações do site do selo. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 07 de junho de 2022.



antirracistas, antiheteronormativos, antissexistas e antiepistemicidas e propiciar o protagonismo de pessoas subalternizadas na sociedade.

Sem prejuízo do exposto, outra atitude que promove a igualdade social e epistemológica é uma postura crítica ao colonialismo e a modernidade. Trata-se de uma atitude epistemológica de valorização dos estudos pós-coloniais. Conforme Costa (2006), os estudos pós-coloniais visam esboçar, por meio do método da desconstrução de essencialismos, uma posição epistemológica crítica às concepções da modernidade.

Nesse sentido, Silva (2020) propõe à comunidade bibliotecária uma ruptura com a dependência epistêmica e com o pensamento colonial. Na visão de Moura (2020), o reconhecimento do racismo estrutural e seus desdobramentos na Ciência da Informação exigem que suas lógicas sejam compreendidas como marcas coloniais de assujeitamento reiteradas no arranjo colonial e funcionalista que marca a produção científica.

Toda a conjuntura exposta descreve obstáculos para o protagonismo social negro no campo científico, especialmente na Ciência da Informação. Para Perrotti (2017), o protagonista é o principal lutador, aquele que luta. O autor assevera que protagonismo é sinônimo de resistência e embate de antagonismo. Consoante Gomes (2019), o protagonismo social é um elemento fundador do processo democrático, cujo desenvolvimento efetivo se dá com o apoio da mediação da informação consciente.

De acordo com Alves (2021), o fazer científico é uma atividade de mediação da informação. Como mediadores(as), os(as) cientistas da informação agem e interferem nas próprias vidas e na de outras pessoas. O autor destaca, ainda, a importância de uma esperança operante por parte dos(as) pesquisadores(as). Isso significa que, enquanto se almeja o protagonismo negro, os(as) cientistas da informação devem fazer sua parte, trabalhando e lutando para concretizar essa realidade.

Sem embargo, em um cenário tão desafiador e hostil para a comunidade negra, há uma tendência natural de que a esperança de um protagonismo social negro se esvaia. Porém, conforme Freire (1997) é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar. Esperançar é se levantar, ir atrás, construir, não desistir!



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre o racismo estrutural e suas implicações para o epistemicídio negro em diversos contextos e especificamente na Ciência da Informação, correspondemos à proposta desse estudo, porquanto evidenciamos que a temática pode ganhar mais tomo na área em face as assimetrias socioeducacionais que afligem a população negra. Consideramos inescusável os(as) cientistas da informação se conscientizarem do seu papel político e mediador no fazer científico. A Ciência da Informação enquanto ciência social aplicada deve estar atenta as demandas sociais, sobretudo, no que concerne aos fenômenos informacionais no contexto de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social. Destacamos ainda a importância da criação de mais espaços que promovam a produção científica produzida por populações invisibilizadas no campo científico e vítimas do colonialismo epistêmico. Além disso, consideramos imprescindível acompanhar o epistemicídio na Ciência da Informação em diversas fontes de literatura científica.

Este estudo visou ter um tom provocativo e questionador e chamar a atenção para um problema complexo. Consideramos que a luta contra o racismo estrutural e o epistemicídio deve ser um compromisso de todos(as). Nessa luta, o protagonismo social negro e de todos os demais grupos étnicos é fundamental, porque um país pluriepistêmico e antirracista é um país melhor. Uma nação que procura derrotar o racismo é admirável, e uma ciência antiepistemicida é mais justa e fraterna. Portanto, não cansemos de lutar, pois, conforme Assis (2018, p. 168), na icônica obra 'Memórias Póstumas de Brás Cubas', "vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Ermeson Natha Pereira.; SILVA, Dávila Maria Fonseca da. Territorialização de um epistemicídio. **Revista Folha de Rosto**, v. 7, n. 1, p. 9-27, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20236/1/FelipeArthurCordeiroAlves_Dissert.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Brasília: Edições Câmara, 2018.



CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mai. 2022.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. **De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo.** In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 10, 2018, Uberlândia. Anais...Minas Gerais: UFU, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1532898649_ARQUIVO_Textocopenefinal.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 200p.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019a. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2001.

GOMES, Laurentino. **A escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos Luiz. O que é epistemicídio? uma introdução ao conceito para a área da ciência da informação. **Liinc em revista**, v. 17, 2021.

LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Márcia de Moraes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Informação que Circula sobre a Política de Cotas no Ensino Superior. **Plurais: Revista Multidisciplinar da UNEB**, v. 1, p. 76-91, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/5>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5789, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5789>. Acesso em: 10 jun. 2022.



NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 28, n. 45, p. 434-451, dez. 2019. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/693>. Acesso em: 02 mai. 2022.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. *Liinc em Revista*, v. 8, n. 2, p. 466-492, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>. Acesso em: 23 mai. 2022.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 167-194, 163 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: Natalia Duque Cardona; Franciéle Carneiro Garcês da Silva. (Org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil**. 1ed. Florianópolis: Rocha, 2020, v. , p. 119-202.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SILVA, Larissa Maria do Nascimento da. **Desigualdade racial no Brasil: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17723>. Acesso em: 14 mai. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.



VALÉRIO, Erinaldo Dias; MARTELETO, Regina Maria. **Circulação de informação étnico-racial no conselho de políticas públicas.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1395>. Acesso em: 20 mai. 2022.